



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

Ano CLII Nº 38

Brasília - DF, quinta-feira, 26 de fevereiro de 2015



SEÇÃO



## Sumário

|  | PÁGINA |
|--|--------|
| Presidência da República.....                                      | 1      |
| Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.....                  | 2      |
| Ministério da Cultura.....   | 2      |
| Ministério da Defesa.....  | 6      |
| Ministério da Educação.....  | 7      |
| Ministério da Fazenda.....   | 9      |
| Ministério da Integração Nacional.....                             | 22     |
| Ministério da Justiça.....   | 22     |
| Ministério da Saúde.....   | 25     |
| Ministério das Comunicações.....                                   | 40     |
| Ministério de Minas e Energia.....                                 | 54     |
| Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ...   | 64     |
| Ministério do Esporte.....   | 65     |
| Ministério do Meio Ambiente.....                                   | 66     |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.....                | 73     |
| Ministério do Trabalho e Emprego.....                              | 74     |
| Ministério dos Transportes.....                                    | 74     |
| Conselho Nacional do Ministério Público.....                       | 74     |
| Ministério Público da União.....                                   | 75     |
| Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais ... | 76     |

## Presidência da República

### SECRETARIA DE PORTOS SECRETARIA EXECUTIVA

#### PORTARIA Nº 37, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Subdelega competência ao Secretário de Infraestrutura Portuária para autorizar, celebrar e aditar contratos, convênios, termos de execução descentralizada, termos de compromisso e demais instrumentos congêneres não abrangidos pelo Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DA SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das competências que lhe foram outorgadas pela Portaria nº 367, de 20 de outubro de 2014, resolve:

| TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS  |                  |                |
|--|------------------|----------------|
| Páginas  | Distrito Federal | Demais Estados |
| de 02 a 28   | R\$ 0,30         | R\$ 1,80       |
| de 32 a 76   | R\$ 0,50         | R\$ 2,00       |
| de 80 a 156  | R\$ 1,10         | R\$ 2,60       |
| de 160 a 250   | R\$ 1,50         | R\$ 3,00       |
| de 254 a 500   | R\$ 3,00         | R\$ 4,50       |
| - Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R\$ 0,0107 |                  |                |

Art. 1º Fica subdelegada ao Secretário de Infraestrutura Portuária da Secretaria de Portos da Presidência da República a competência para autorizar, celebrar e aditar contratos, convênios, termos de execução descentralizada, termos de compromisso e demais instrumentos congêneres não abrangidos pelo Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012.

Parágrafo único. A subdelegação de que trata o caput dar-se-á por prazo indeterminado.

Art. 2º As decisões adotadas no exercício da competência delegada deverão mencionar explicitamente esta qualidade, sendo consideradas, para todos os efeitos, especialmente para a interposição de recursos administrativos, que deverão ser decididos pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos.

Art. 3º A subdelegação da competência prevista nesta Portaria não envolve a perda, pelo Secretário-Executivo, dos correspondentes poderes, sendo-lhe facultado, quando entender conveniente e a qualquer tempo, exercê-los mediante avocação do caso, sem prejuízo da validade da subdelegação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME PENIN

### SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

#### PORTARIA Nº 464, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos XXXIX e XLV do art. 41 do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, e alterações posteriores; tendo em vista o disposto na Resolução nº 63, de 26 de novembro de 2008; e no art. 289, III, do Código Brasileiro de Aeronáutica, publicado pela Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986; e considerando o que consta do processo nº 00058.065068/2014-82, resolve:

Art. 1º Suspender, até que seja comprovada a adequação às não conformidades constantes do processo nº 00058.065068/2014-82, as autorizações para ministrar cursos AVSEC concedidas à empresa RANAP Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo LTDA. - ME, CNPJ 08.277.309/0001-35, por meio da Portaria nº 2047/SCD, publicada no Diário Oficial da União - DOU, nº 221, Seção 1, página 8, em 19 de novembro de 2010; e da Portaria nº 1885/SCD, publicada no DOU, nº 205, Seção 1, página 7, em 26 de outubro de 2010.

Parágrafo único. Caso não haja comprovação das adequações no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a Agência dará início ao procedimento de cancelamento das portarias de autorização para ministrar cursos AVSEC.

Art. 2º Os alunos do Centro de Instrução que iniciaram curso AVSEC até a data da publicação desta portaria terão seu direito de certificação assegurado, desde que a oferta do curso tenha preenchido todos os requisitos da legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO FLÓRIO MOSER

### SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA SECRETARIA DE RACIONALIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO

#### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 30, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015

Dispõe sobre o processo simplificado e integrado de baixa no âmbito do Registro Público de Empresas.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO - DREI, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º do Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, e o art. 8º, inciso VI, do Anexo I, do Decreto nº 8.001, de 10 de maio de 2013, e

Considerando que cabe aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis (Sinrem) para o cumprimento de suas finalidades promoverem a integração da execução dos seus serviços aos prestados por órgãos e entidades responsáveis pelo registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, em observância às diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo estabelecidos na Lei Complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e na Lei federal nº 11.598, de 03 de dezembro de 2007, notadamente a entrada única de dados e documentos, garantia de linearidade do processo da perspectiva do usuário e tratamento conclusivo às solicitações;

Considerando que a Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, determina que as baixas na inscrição do CNPJ, no registro de empresas (Juntas Comerciais) e nos demais órgãos e entidades devem ser realizadas independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem, sem prejuízo das responsabilidades do empresário, dos titulares, dos sócios ou dos administradores por tais obrigações, apuradas antes ou após o ato de extinção;

Considerando o disposto na Resolução CGSIM nº 31, de 13 de janeiro de 2015, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, que altera o art. 23 da Resolução CGSIM nº 25, de 18 de outubro de 2011;

Considerando a necessidade de disciplinar e uniformizar os procedimentos referentes à baixa do NIRE e do CNPJ, simplificando e padronizando o atendimento ao cidadão, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa disciplina e uniformiza o procedimento a ser adotado, no âmbito das Juntas Comerciais, nos casos de solicitação de baixa do estabelecimento, cujo processo inicia-se no aplicativo Registro e Licenciamento de Pessoas Jurídicas - RL-PJ, seguindo do registro do ato no órgão competente e da baixa da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, bem como nos cadastros dos demais órgãos estaduais, do Distrito Federal e dos órgãos municipais envolvidos na solicitação.

Art. 2º A solicitação de baixa deverá seguir as seguintes etapas:

I - No RL-PJ:

a) coletar informações cadastrais e realizar críticas *on line*;

### PRORROGADAS AS INSCRIÇÕES DO 17º CONCURSO NACIONAL MUSEU DA IMPRENSA - 2014/2015

A Imprensa Nacional prorrogou de 31 de dezembro de 2014 para 31 de março de 2015, o prazo das inscrições do 17º Concurso Nacional Museu da Imprensa de Desenho, Redação e Artigo.

Assim, os estudantes regularmente matriculados em escolas públicas e privadas de todo o País ganharam mais tempo para concorrer aos prêmios.

